

**Moção aprovada durante a Assembleia Geral Ordinária dos Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 26 de julho de 2018, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió, AL, por ocasião da 70ª Reunião Anual da SBPC.**

**Título:** Contra a privatização das estatais: em defesa da Embraer, Eletrobrás e Petrobrás.

**Resumo:** Pela garantia do desenvolvimento tecnológico soberano e sustentável do Brasil, a SBPC se posiciona contra as políticas de sucateamento e privatização de estatais e em defesa da Embraer, Eletrobrás e Petrobrás.

**Texto da Moção:** A existência de diversas empresas sob gestão pública é uma das grandes conquistas de nosso país. Algumas dessas empresas estão envolvidas diretamente com a produção de tecnologia e a geração de inovações relevantes para a economia do país e para a melhoria da qualidade de vida de nosso povo. A Embraer, a Embrapa, a Petrobrás e a Eletrobrás são algumas delas, que causam orgulho aos brasileiros, e que estão sob ameaça. Somos críticos à atual política implantada no Brasil que pode conduzir à suas vendas, a preços muito baixos, e à consequente dilapidação deste importante patrimônio nacional; são exemplos, a venda de parte da Embraer, a ameaça de privatização da Eletrobrás e a mudança da Lei de Petróleo, acabando com o regime de partilha. Essa política ameaça a soberania do País e gera retrocessos no desenvolvimento tecnológico nacional.

Uma política nacional soberana depende do fortalecimento do Estado e de suas empresas públicas, sendo esta uma condição importante para que possamos vislumbrar a possibilidade do País alcançar uma maior autonomia científica e tecnológica. Por outro lado, em função de seu importante papel econômico e de geração de empregos, tais empresas contribuem para atenuar as desigualdades regionais e sociais.

A ideia de uma política de privatização extremada ameaça o futuro do Brasil. Cortes orçamentários abusivos e a possibilidade de sucateamento demonstram a falta de importância que as estatais têm para o atual governo. Para garantir o desenvolvimento soberano e sustentável do Brasil se faz urgente que sejam suspensas as propostas de privatizações destas empresas nacionais e que estão hoje presentes na pauta política do País.